

A CRISE POLÍTICA DO PLANO COLLOR

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 13/12/90

A sociedade brasileira chega ao final do ano com a sensação amarga de que o Plano Collor fracassou, e que o governo, apesar de sua determinação em combater a inflação, se revela perplexo e desorientado quanto ao caminho a seguir. Em consequência delinea-se a primeira crise política do novo governo. O sinal do fracasso do Plano está na inflação, sempre crescente, que se aproxima dos 20 por cento mensais, enquanto a economia entra em uma recessão que poderá ser extremamente grave. O sinal da desorientação ficou evidente no recente episódio do Entendimento Nacional, que revelou um governo realmente desarvorado diante da inflação. Sua insistência em manter a política em curso, depois de ter acenado com a mudança quando há dois meses convocou o entendimento, é meramente uma indicação de imobilismo.

Há em toda parte uma enorme preocupação. O Presidente da República iniciou seu governo com coragem e determinação de derrotar a inflação. Essa determinação e esta firmeza não foram abandonados. Em nenhum momento o Presidente cedeu ao populismo. Em nenhum instante deixou de apoiar o ajuste fiscal proposto pelas autoridades econômicas. E não obstante a inflação retornou e não para de se acelerar, ameaçando um governo cujo eventual fracasso consistirá em uma tragédia para a Nação.

O Presidente e seus auxiliares imediatos provavelmente pensam que ainda é cedo para afirmar que o Plano Collor fracassou. Estão corretos se estiverem identificando o plano de estabilização com o próprio Governo Collor. Na verdade o que fracassou não foi sequer a primeira fase do Plano Collor - o plano da retenção dos ativos financeiros e do congelamento dos preços. Esta fase inicial foi bem sucedida em conter temporariamente a inflação e em devolver um certo comando da economia ao governo. Mas, dado o seu caráter de emergência, não tinha condições de eliminar a inflação. O que fracassou foi a segunda fase do Plano Collor - iniciada em meados de maio, com o abandono da idéia de prefixação (indexação) dos salários e a adoção de uma política monetarista estritamente ortodoxa, baseada na definição de uma meta monetária.

Não cabe aqui repetir as causas deste fracasso. Para quem conhece a teoria da inflação inercial esse resultado estava claro desde maio, quando a estratégia ingenuamente monetarista da segunda fase do plano foi definida. Não obstante, essa estratégia obteve inicialmente amplo apoio. Imaginava-se que bastava ser firme no controle da moeda que a inflação cairia. Pois bem, o governo foi firme em sua política monetária e não obstante a inflação não caiu. Hoje o número dos que acreditam que uma política monetária rígida e recessão sejam capazes de vencer a inflação inercial, informalmente indexada, que existe no Brasil, é cada vez menor. Em uma reunião recente do Fórum Nacional economistas de sólida tradição monetarista como Simonsen e Pastore admitiram que política monetária não funciona diante desse tipo de inflação (e de crise fiscal). Quando a inflação tem um componente inercial poderoso, traduzido pela indexação informal de preços e salários, como é o caso do Brasil há muitos anos, a oferta de moeda é endógena, e a política monetária, pouco eficiente. Quando ao caráter inercial da inflação se acopla um processo de espiral inflacionária tendendo à hiperinflação, como vem acontecendo no Brasil desde o fracasso do Plano Cruzado, a aceleração da inflação é inevitável. Nessa situação só será possível evitar a hiperinflação através da combinação heróica de políticas econômicas convencionais extremamente duras com políticas de rendas muito competentes.

Enquanto isto não é posto em prática, a inflação se acelera, a recessão se aprofunda, e a crise política assume contornos cada vez mais definido.

Desta crise política o elemento essencial é a própria incapacidade do governo de definir o que é preciso ser feito para controlar a inflação. Seus representantes continuam, em público, a repetir monotonicamente que não arredarão pé de sua política monetária, mas poucos ainda acreditam que, internamente, o governo esteja coeso a respeito do problema. Na verdade, o governo está perplexo. Fez "tudo" que tinha quer ser feito para controlar a inflação, e no entanto esta não cede. Repete-se o que ocorreu em 1983 e 1984, no final do regime autoritário, quando a inflação não cedeu a um grande ajuste fiscal e a uma rígida política monetária, levando os dirigentes econômicos de então a também dizer: "já fiz tudo para combater a inflação e no entanto..."

Nada espelha melhor a perplexidade e desorientação do governo do que a última tentativa de pacto social. Há cerca de dois meses o governo afinal conscientizou-se que um pacto social e uma conseqüente política de rendas deveriam fazer parte do plano de estabilização. Empresários e trabalhadores foram chamados ao entendimento nacional. Mas, quando todos se sentaram, verificou-se que o governo não tinha nada de concreto a propor aos empresários e aos trabalhadores. Não disse o que esperava deles, não definiu qual o ajuste a ser realizado, quais seriam seus custos, e como deveriam ser eles distribuídos. Ficou em generalidades. E, depois de três ou quatro reuniões do mesmo teor, o governo passou a adiá-las.

Empresários e trabalhadores, entretanto, revelando uma maturidade surpreendente, reuniram-se por conta própria, dialogaram, definiram objetivos, lograram identificar algumas políticas concretas, e afinal, para surpresa do governo, firmaram, em 4 de dezembro, um documento histórico: "Esforço Nacional pela Estabilização - Caminho para o Desenvolvimento". Das entidades representativas, apenas a CUT não fez o acordo. Em sua proposta, incluíram a prefixação de salários, que estava novamente sendo seriamente discutida dentro do governo. Já que não sabiam o que o governo deles queria, trabalhadores e empresários trataram de adivinhá-lo. Não importa agora discutir os méritos da proposta. Pessoalmente não acredito em prefixação quando a inflação está muito alta. A proposta de redução de impostos é absurda. Em alguns momentos o documento de fato se transforma em reivindicação. Isto, porém, não é o fato relevante neste momento. O que é importante assinalar é que, através dessa proposta, empresários e trabalhadores assumiram uma iniciativa que deveria ser do governo, deixando transparecer, de forma dramática, a perplexidade e indefinição do próprio governo em relação à inflação.

Esta desorientação do governo e este desencontro com a sociedade civil são os sinais da crise política que está se delineando. Será essa crise ainda evitável? Poderá o Presidente afinal ser preservado? Logrará ele, passado este momento de indefinição, retomar o controle da situação? Espero sinceramente que sim. O governo perdeu sua primeira batalha contra a inflação. Mas é muito cedo para dizer que perdeu a guerra.

Sua política de longo prazo está no rumo certo. Seu diagnóstico de que a crise fundamental que enfrentamos é a crise fiscal do Estado e a superação de sua forma de intervenção é um diagnóstico correto. Para enfrentar essa crise fiscal, além das medidas de ajuste fiscal correntes, o governo reduziu a dívida interna, e está, com coragem, levando adiante a redução da dívida externa. Para reorientar a intervenção do Estado, iniciou um firme processo de liberalização comercial e definiu uma nova política industrial e tecnológica, ao mesmo tempo que procura acelerar o projeto de privatização.

A orientação geral do governo, é portanto, adequada. Será muito grave que, por falta de orientação na política de curto prazo de como combater a inflação, todo esse enorme esforço seja posto a perder.